



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 3/13

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 123/08, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Art. 1º Acrescenta ao art. 5º da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, o parágrafo único:

“Parágrafo único. É permitido o exercício da função gratificada de secretário de estabelecimento de ensino, desde que devidamente designado através de resolução da Secretaria de Estado da Educação, aos servidores ocupantes do cargo de Agente Educacional I e II.”

Art. 2º O art. 6º da Lei Complementar nº 123/08, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos incisos IV e V e do § 2º, renumerando-se para § 1º o atual parágrafo único:

“Art. 6º O Agente Educacional I tem suas atribuições definidas no Anexo I desta lei, de acordo com a função a ser exercida, e poderá realizar sua qualificação profissional em uma ou mais das seguintes áreas de concentração:

- I – manutenção da infraestrutura escolar e preservação do meio ambiente;
- II – alimentação escolar;
- III – interação com o educando;
- IV – apoio à administração escolar;
- V – apoio operacional.

§ 1º Para o ingresso no cargo de Agente Educacional I é exigido ensino fundamental completo.

§ 2º Para o exercício das funções de motorista e de tratorista é exigido ensino fundamental completo e a carteira nacional de habilitação."

Art. 3º Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Lei Complementar nº 123/08, com a seguinte redação:

"§ 3º As atribuições para o desempenho de função específica serão definidas no Edital de Regulamentação do Concurso, sendo que quando ocorrer cessação de demanda da função específica, o servidor poderá, sem prejuízo funcional, ser remanejado para onde houver demanda aberta."

Art. 4º Altera a redação do § 4º e acrescenta o § 6º ao art. 15 da Lei Complementar nº 123/08, nos seguintes termos:

"§ 4º A cada interstício de dois anos, o funcionário poderá progredir até três classes, a partir de agosto de 2014, sendo uma correspondente à obtenção de conceito satisfatório em avaliação de desempenho e duas classes correspondentes à participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional, com critérios estabelecidos por meio de resolução."

(...)

§ 6º A capacitação ofertada pela Secretaria de Estado da Educação nos dias pedagógicos constantes do calendário escolar terá aproveitamento de 100% (cem por cento) para efeito de carga horária."

Art. 5º O inciso II do art. 17 da Lei Complementar nº 123/08, passa a ter a seguinte redação:

"II – seis classes, se concluir curso de formação profissional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, consubstanciada no Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de mil e duzentas horas, nos termos da regulamentação vigente."

Art. 6º Acrescenta o inciso III ao art. 17 da Lei Complementar nº 123/08 em epígrafe:

"III - cinco classes, se concluir curso de graduação."

Art. 7º O § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/08, passa ter a seguinte redação:

"§ 2º Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I, II e III deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário deverá utilizar o critério estabelecido no inciso I, na segunda promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso II deste artigo, na terceira promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso III deste artigo."

Art. 8º O inciso I do art. 18 da Lei Complementar nº 123/08, passa a ter a seguinte redação:

"I - seis classes, se concluir curso de formação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, consubstanciado no Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de mil e duzentas horas, nos termos da regulamentação vigente."

Art. 9º Acrescenta o inciso III ao art. 18 da Lei Complementar nº 123/08:

"III - sete classes, se concluir curso de pós-graduação lato sensu."

Art. 10. O § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 123/08, passa ter a seguinte redação:

"§ 2º Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos

pelos incisos I, II e III deste artigo, sendo que, na primeira promoção, o funcionário poderá utilizar apenas um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, na segunda promoção, deverá utilizar o critério não utilizado na primeira promoção, na terceira promoção deverá utilizar o critério estabelecido no inciso III deste artigo."

Art. 11. O inciso II do art. 26 da Lei Complementar nº 123/08, passa ter a seguinte redação:

"II - para o funcionário no exercício da função de secretário de estabelecimento de ensino, devidamente designado por resolução da Secretaria de Estado da Educação, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II, para jornada semanal de quarenta horas e o valor proporcional para jornada de vinte horas."

Art. 12. Acrescenta o parágrafo único ao art. 27 da Lei Complementar nº 123/08:

"Parágrafo único. Fica regulamentado o Regime de Trabalho em Turnos para o servidor ocupante do cargo de Agente Educacional I, no exercício da função de vigia, alternando doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, com duas folgas mensais."

Art. 13. Acrescenta o parágrafo único ao art. 29 da Lei Complementar nº 123/08:

"Parágrafo único. Cabe à Secretaria de Estado da Educação realizar anualmente concurso de remoção para os ocupantes dos cargos de Agente Educacional I e II do Quadro de Funcionários da Educação Básica."

Art. 14. O art. 34 da Lei Complementar nº 123/08, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 34. Não poderá ser promovido o funcionário em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.

Parágrafo único. Fica excluído da proibição prevista neste artigo, podendo participar dos processos de promoção e progressão na carreira o funcionário aprovado em concurso público de provas e títulos que estiver em estágio probatório e que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná como contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação e pelas Associações de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos e, ainda, os contratados em regime especial mediante processo seletivo simplificado, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado na função pelo menos três anos até a data de sua promoção ou progressão previstas nesta Lei.”

Art. 15. Acrescenta o art. 35-A na seção das disposições transitórias, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 35-A. Receberão o enquadramento, de uma classe na carreira, no mês de agosto de 2013, todos os Agentes Educacionais I e II com mais de três anos de efetivo exercício no Estado do Paraná.”

Art. 16. O Anexo I da Lei Complementar nº 123/08, passa a ter a redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 17. O Anexo II da Lei Complementar nº 123/08, passa a ter a redação constante do Anexo II desta Lei.

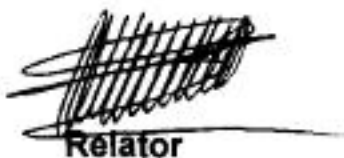
Art. 18. A implementação das alterações decorrentes da aplicação desta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao atendimento dos limites para com as despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, não gerando qualquer efeito retroativo.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE EDUCACIONAL I DO QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ

DENOMINAÇÃO DO CARGO:

- AGENTE EDUCACIONAL I

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

- MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
- INTERAÇÃO COM O EDUCANDO
- APOIO À ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
- APOIO OPERACIONAL

REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA O INGRESSO:

- ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

ATRIBUIÇÕES:

Executar atividades de suporte nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e outras de interesse do Poder Executivo Estadual. Elaborar, digitar, classificar e arquivar relatórios, formulários, planilhas e outros documentos. Redigir e digitar memorandos, ofícios e outras correspondências. Preparar, fazer tramitar e arquivar protocolos. Organizar a rotina de serviços e procedimentos. Efetuar a entrada e transmissão de dados, operar fax, teleimpressoras e microcomputadores. Executar atividades técnico-administrativas relacionadas às diversas rotinas da unidade. Efetuar cálculos e conferência de dados. Operar e conferir o funcionamento de equipamentos afetos à sua área de atuação. Atender público em geral, prestando informações e dando orientações. Digitar ofícios, atas, circulares, memorandos, quadros demonstrativos, boletins de frequência e outros, providenciando a reprodução, encadernação e distribuição, se necessário. Coletar dados diversos, revisando documentos, transcrições, publicações oficiais e fornecendo informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa. Manter organizado e/ou atualizar arquivos, fichários e outros, classificando documentos por matéria, ordem alfabética ou outro sistema, para possibilitar controle dos mesmos. Efetuar

cálculos simples e conferências numéricas. Efetuar registros, preenchendo fichas, formulários, requisições de materiais, quadros, carteiras e outros, efetuando lançamento em livros, consultando dados em tabelas, gráficos e demais demonstrativos, a fim de atender às necessidades do setor. Efetuar controle da entrada e saída de materiais, recebendo, estocando, distribuindo e controlando o material sob sua responsabilidade. Operar equipamentos diversos, como máquinas calculadoras, microcomputadores, terminais de vídeo e outros. Emitir listagens e relatórios quando necessário. Atender pessoas e chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados para obter ou fornecer informações. Zelar pelo ambiente escolar, preservando, valorizando e integrando o ambiente físico escolar; executar atividades de manutenção e limpeza, tais como: varrer, encerar, lavar salas, banheiros, corredores, pátios, quadras e outros espaços utilizados pelos estudantes, profissionais docentes e não docentes da educação, conforme a necessidade de cada espaço; lavar, passar e realizar pequenos consertos em roupas e materiais; utilizar aspirador ou similares e aplicar produtos para limpeza e conservação do mobiliário escolar; abastecer máquinas e equipamentos, efetuando limpeza periódica para garantir a segurança e funcionamento dos equipamentos existentes na escola; efetuar serviços de embalagem, arrumação, remoção de mobiliário, garantindo acomodação necessária aos turnos existentes na escola; disponibilizar lixeiras em todos os espaços da escola, preferencialmente, garantindo a coleta seletiva de lixo, orientando os usuários – alunos ou outras pessoas que estejam na escola para tal; coletar o lixo diariamente, dando ao mesmo o destino correto; executar serviços internos e externos, conforme demanda apresentada pela escola; racionalizar o uso de produtos de limpeza, bem como zelar pelos materiais como vassouras, baldes, panos, espanadores, etc.; comunicar com antecedência à direção da escola sobre a falta de material de limpeza, para que a compra seja providenciada; abrir, fechar portas e janelas nos horários estabelecidos para tal, garantindo o bom andamento do estabelecimento de ensino e o cumprimento do horário de aulas ou outras atividades da escola; guardar sob sua responsabilidade as chaves da instituição, quando for o caso, ou deixar as chaves nos locais previamente estabelecidos; zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, realizando rondas nas dependências da instituição, atentando para eventuais anormalidades, bem como identificando avarias nas instalações e solicitando, quando necessário, atendimento policial, do corpo de bombeiros, atendimento médico de emergência devendo, obrigatoriamente, comunicar as ocorrências à chefia imediata; controlar o movimento de pessoas nas dependências do estabelecimento de ensino, cooperando com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar; encaminhar ou acompanhar o público aos diversos setores da escola, conforme necessidade; acompanhar os alunos em atividades extra classe quando solicitado; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; participar de cursos, capacitações, reuniões, seminários ou outros encontros correlatas às funções exercidas ou sempre que convocado; agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas; Preparar a alimentação escolar sólida e líquida observando os princípios de higiene, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar; responsabilizar-se pelo acondicionamento e conservação dos insumos recebidos para a preparação da alimentação escolar; verificar a data de validade dos alimentos estocados, utilizando-os em data própria, a fim de evitar o desperdício e a inutilização dos mesmos; atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais; organizar espaços para distribuição da alimentação escolar e fazer a distribuição da mesma, incentivando os alunos a evitar o desperdício; acompanhar

os educandos em atividades extracurriculares e extra classe quando solicitado; realizar chamamento de emergência de médicos, bombeiros, policiais, quando necessário, comunicando o procedimento à chefia imediata; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; comunicar ao(à) diretor(a) , com antecedência, a falta de algum componente necessário à preparação da alimentação escolar, para que o mesmo seja adquirido; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas. Definir rotas e itinerários. Dirigir e manobrar veículos e máquinas pesadas. Transportar pessoas, cargas, documentos e objetos. Realizar inspeções, pequenos reparos e manutenção básica do veículo. Providenciar manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos e máquinas pesadas. Anotar informações sobre a utilização da máquina. Planejar o trabalho e estabelecer a sequência para a execução de atividades com máquinas pesadas. Selecionar equipamentos de proteção individual (EPI) e sinalização de segurança. Conferir e observar o funcionamento de equipamentos afetos à sua área. Auxiliar na organização da rotina de serviços e procedimentos. Realizar registros e elaborar relatórios. Respeitar a legislação, normas e recomendações de direção defensiva. Controlar o consumo de combustível, quilometragem e lubrificação, visando a manutenção adequada do veículo. Zelar pela conservação e limpeza do veículo ou máquina. Providenciar a realização de ajustes e pequenos reparos. Auxiliar no carregamento e descarregamento de materiais. Efetuar a prestação de contas das despesas AUTORIZADAS, de manutenção do veículo. Preencher os formulários com dados relativos à quilometragem, trajetos, horário de saída e chegada. Realizar viagens a serviço do órgão. Dirigir e manobrar tratores e colheitadeiras de pequeno e médio porte, providos ou não de implementos, tais como: carreta, varredores, etc., obedecendo as normas de trânsito para realizar serviço de transporte, limpeza e similares. Auxiliar no embarque e desembarque de cargas quando necessário. Anotar em mapas próprios, horários de partida, chegada, percurso e trabalho realizado. Realizar pequenos serviços de reparos de emergência no trator ou colheitadeira. Providenciar sua manutenção preditiva, preventiva e corretiva. Planejar o trabalho e estabelecer sequência de tarefas para execução de atividades com a máquina. Selecionar equipamentos de proteção individual (EPI) e sinalização de segurança. Conferir e observar o funcionamento de equipamentos afetos à sua área. Controlar o consumo de combustível, quilometragem e lubrificação, visando a manutenção adequada do trator ou colheitadeira, zelando pela sua conservação. Auxiliar, sob supervisão e orientação, nas seguintes atribuições: Preparar solo para plantio. Manejar, capinar e adubar área de cultivo, jardins e viveiros, escolhendo e transplantando sementes, mudas e outros materiais de uso agrícola, enxertando, regando, irrigando, podando, protegendo, estaqueando e colhendo plantações. Montar viveiros e estufas. Aplicar defensivos agrícolas. Cuidar da reprodução de animais, tratando-os e procedendo a tosa, alimentação, higiene e ordenha. Auxiliar na realização de procedimentos de enfermagem veterinária. Embalar, distribuir e transportar materiais e produtos de uso agropecuário. Registrar dados relativos a sua rotina de trabalho. Zelar pela conservação e guarda de ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados no desempenho de suas atividades. Observar, cumprir e utilizar normas e procedimentos de segurança.

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE EDUCACIONAL II DO QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ

DENOMINAÇÃO DO CARGO:

- AGENTE EDUCACIONAL II

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
- OPERAÇÃO DE MULTIMEIOS ESCOLARES

REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA O INGRESSO:

- ENSINO MÉDIO COMPLETO

ATRIBUIÇÕES:

Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha; auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia; manter em dia a escrituração escolar: boletins estatísticos; redigir e digitar documentos em geral e redigir e assinar atas; receber e expedir correspondências em geral, juntamente com a direção da escola; emitir e assinar, juntamente com o diretor, históricos e transferências escolares; classificar, protocolar e arquivar documentos; prestar atendimento ao público, de forma pronta e cordial; atender ao telefone; prestar orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e atividades desenvolvidas na unidade escolar; lavrar termos de abertura e encerramento de livros de escrituração; manter atualizados dados funcionais de profissionais docentes e não docentes do estabelecimento de ensino; manter atualizada lista telefônica com os números mais utilizados no contexto da escola; comunicar à direção atos relevantes no dia-a-dia da escola; manter organizado e em local acessível o conjunto de legislação atinente ao estabelecimento de ensino; executar trabalho de mecanografia e de reprografia; acompanhar os alunos, quando solicitado, em atividades extraclasse ou extracurriculares; participar de reuniões escolares sempre que necessário; participar de eventos de capacitação sempre que solicitado; manter organizado o material de expediente da escola; comunicar antecipadamente à direção sobre a falta de material de expediente para que os procedimentos de aquisição dos mesmos sejam realizados; executar outras atividades correlatas às ora descritas; catalogar e registrar livros, fitas, DVD, fotos, textos, CD; registrar todo material didático existente na biblioteca, nos laboratórios de ciências e

de informática; manter a organização da biblioteca, laboratório de ciências e informática; restaurar e conservar livros e outros materiais de leitura; atender aos alunos e professores, administrando o acervo e a manutenção do banco de dados; zelar pelo controle e conservação dos documentos e equipamentos da Biblioteca; conservar, conforme orientação do fabricante, materiais existentes nos laboratórios de informática e de ciências; reproduzir material didático através de cópias reprográficas ou arquivos de imagem e som em vídeos, "slides", CD e DVD; registrar empréstimo de livros e materiais didáticos; organizar agenda para utilização de espaços de uso comum; zelar pelas boas condições de uso de televisores e outros aparelhos disponíveis nas salas de aula; zelar pelo bom uso de murais, auxiliando na sua organização, agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola; quando solicitado; participar das capacitações propostas pela SEED ou outras de interesse da unidade escolar; decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar; executar outras atividades correlatas às ora descritas. Preparar, manipular e armazenar materiais e equipamentos próprios de laboratório; utilizar reagentes, solventes, equipamentos, ferramentas e instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos; observar rotinas e normas de segurança em Laboratório de Física, Química e Biologia; preparar soluções; utilizar conhecimentos de propriedades físicas e químicas dos compostos orgânicos; preparar amostras para análise; utilizar conhecimentos básicos de manuseio de instrumentos manuais, mecânicos, elétricos e eletrônicos; estabelecer e aplicar, em conjunto com o corpo docente, normas de segurança para o uso do laboratório; disponibilizar equipamentos e materiais necessários para a preparação e realização das atividades de ensino previstas em várias disciplinas; dar assistência técnica ao professor e seus alunos durante a aula ajudando a manter o bom andamento da atividade prática de laboratório; preparar o ambiente de laboratório para uso do professor e alunos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 045/13

Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349/06.

Art. 1º Os arts. 9º e 10 da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006, passam vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de no mínimo 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas/aula.

Art. 10. O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno.

§ 1º O curso de Habilitação específico obedecerá aos seguintes preceitos para a distribuição de vagas:

I – metade das vagas será preenchida por: Subtenente ou Primeiro Sargento que tenham concluído ao mínimo o ensino médio e com o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);

II – outra metade das vagas será preenchida por: Primeiro Sargento sem o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e Soldado, todos estes com curso de nível superior.

§ 2º O candidato Primeiro Sargento deverá especificar em sua inscrição a opção a que concorrerá ao concurso interno.

§ 3º É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 – Músico, a matrícula no Curso de Habilitação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.



Alexandre Curi
Deputado Estadual


Relator



DEP. DR. EDSON PRACZYK

Assembleia Legislativa do Paraná

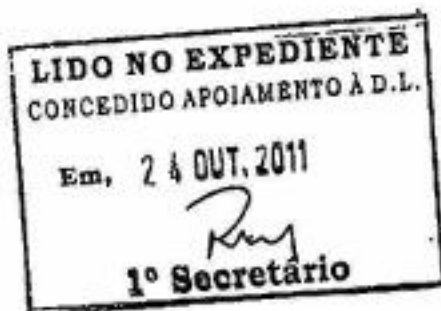
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

D. L.

Fls.

PROJETO DE LEI Nº 833/11



Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.

Art. 1º Ficam os bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, relação de todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a ser adquirida na ingestão dos produtos, bem como a necessidade calórica de consumo diário para indivíduos por faixa etária e atividade.

§ 1º A relação de que trata o art. 1º deverá ser elaborada e assinada por Nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

§ 2º A quantidade de calorias deverá constar ao lado de cada produto, nos cardápios e tabelas expostos nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º Nos casos de itens de consumo de quantidade variável, a critério do consumidor, como restaurantes de comida a quilo e outros, a quantidade de calorias de que trata o art. 1º deverá ser especificada por cada cem gramas de produto consumido.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata a presente Lei terá o prazo de (180) cento e oitenta dias a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

D. L.

Fls. 2

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Art. 5º O não cumprimento da presente Lei fica sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 24 de outubro de 2011.

PR. EDSON PRACZYK
DEPUTADO ESTADUAL - PRB



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

Justificativa:

A divulgação de um estudo sobre desnutrição e obesidade no Brasil mostrou que o número de obesos está ultrapassando o de desnutridos e, que sem uma urgente reeducação alimentar, no futuro, poderemos ser conhecidos como o país dos gordinhos.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Ministério da Saúde e divulgados recentemente, apenas comprovam aquilo que qualquer pessoa percebe andando pelas ruas e, ainda, confirmam a tendência que os médicos já vinham constatando nos consultórios: o número de obesos cresce vertiginosamente no Brasil.

Conforme o levantamento, mais de 38 milhões de pessoas em nosso país estão com o peso acima do recomendado e, desse total, em torno de 10 milhões são considerados obesos. Para quem achava que o problema da obesidade ficava restrito aos americanos - exportadores do modelo fast food, o estudo surpreendeu.

Ficou provado que o Brasil não escapa desse negro quadro. Para a Organização Mundial de Saúde, a obesidade é a principal epidemia do começo do século e, para os especialistas brasileiros, a importação de novos e piores hábitos alimentares contribuiu em muito para que o país entrasse nesse fatídico clube.

A obesidade é uma doença crônica e como tal deve ser tratada. Muito além de um problema estético, o excesso de peso se associa a um grande número de outras doenças, além de estar relacionada com o fator físico, a obesidade causa grande impacto social na vida das pessoas, uma vez que ocasiona, frequentemente, problemas psicológicos, como por exemplo, perda da auto-estima, ansiedade e depressão.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

A esmagadora maioria dos profissionais de saúde concorda que o tratamento da obesidade deve passar por uma série de medidas reeducativas. Elas vão desde o comportamento e hábitos alimentares à alteração de estilos de vida sedentários em que a população faz cada vez menos exercícios, ao mesmo tempo em que aumenta o consumo de gorduras. Na concepção dos médicos, muitos fatores contribuem para a obesidade, entre eles, a tendência genética, contra a qual pouco se pode fazer, o sedentarismo, e o hábito de comer muito e gastar poucas calorias, fatores que podem ser combatidos pela reeducação alimentar e, também, por mudanças de hábitos de vida.

Nota-se que boa parte da população que sofre dos males da sociedade moderna, como a obesidade, o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos fast-foods, bares, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias dos alimentos.

Deve-se considerar que se o consumidor tiver conhecimento sobre o que está ingerindo, terá como equilibrar a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com mais qualidade.

Salienta-se ainda, que o conhecimento do valor calórico dos alimentos é vital para a sociedade, mas esse tipo de informação é divulgada apenas nos produtos industrializados e nas prateleiras dos supermercados, contudo, o alto índice de doenças geradas pela má alimentação demonstra que ainda não é o suficiente.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a acolhida da presente proposição e aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 839/11

Projeto de Lei nº 839/11

Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE RESTAURANTES, BARES, HOTÉIS, FAST-FOODS E SIMILARES. DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO ADEQUADA. ART. 6º, III, CDC. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, visa instituir no cardápio de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares, especificação e divulgação da quantidade de calorias presentes nos alimentos, objetivando oferecer conhecimento do valor calórico dos alimentos aos consumidores, já que hoje isso é feito somente com produtos industrializados e nas prateleiras do supermercado.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grito nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, conforme adiante transcrito:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grito nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

No mesmo sentido, determina a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, conforme artigo 13, incisos V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

Conforme justificativa do autor, nota-se que boa parte da população que sofre dos males da sociedade moderna, como a obesidade, o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos fast-foods, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias dos alimentos.

Da análise do projeto em tela, verifica-se que o objetivo é divulgar o valor calórico dos alimentos. Assim, trata-se de matéria de direito do consumidor à informação sobre produtos.

O artigo 6º da **LEI 8.078 DE 1990**, que instituiu o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** no Brasil, cita os direitos básicos do



consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, conforme inciso III:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Da mesma forma, prevê a lei de proteção ao consumidor sobre a oferta dos produtos e condições de validade, em especial, a data de validade dos produtos anunciados, de acordo com o artigo 31, seguinte:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 19
4

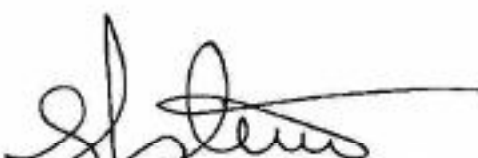
Assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da EMENDA MODIFICATIVA, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator


Cesar Silvestri
Filho



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 20
4

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 839/2011

De acordo com o disposto no artigo 137, § 4º e 137, § 7º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o artigo 1º do Projeto de Lei n.º 839/2011 a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.

Art. 1º Ficam os bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, relação de todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de carboidratos, proteínas, gorduras, sódio, a presença de glúten e o valor calórico contido nos alimentos, bem com a necessidade calórica de consumo diário para indivíduos por faixa etária e atividade.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2012.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual

Artigos Jr

Alexandre
Curi

Renan Moura



Fls 2

A circular arrangement of five handwritten signatures, each enclosed in a hand-drawn circle. Starting from the top and moving clockwise, the signatures are: "Harris", "Holt" (with a long horizontal line extending to the right), "Ladd", "Nichols", and "Rosen". The signature "Rosen" includes the handwritten text "Assoc. S. Ellis" written below it.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 839/11

AUTOR: DEPUTADO EDSON PRACZYK.

SÚMULA: PROJETO DE LEI - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES, FAST-FOODS E SIMILARES.

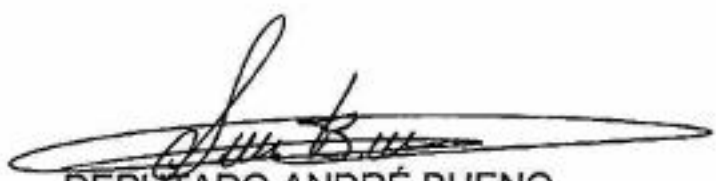
FUNDAMENTAÇÃO

PESSOAS ESTÃO CADA VEZ MAIS OBESAS E POR ISSO É PRECISO COBRAR UMA TRANSPARÊNCIA DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE OS INGREDIENTES UTILIZADOS. "O PROJETO FAVORECE QUE O CIDADÃO ESTEJA MAIS CONSCIENTE E ASSIM POSSA CUIDAR MELHOR DE SUA SAÚDE",

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente P.L. por estarem presentes todas os requisitos constitucionais, legais.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO



PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

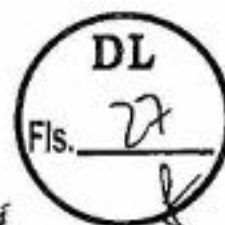


TONINHO WANDSCHEER

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 839/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, *fast-foods* e similares.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo que o consumidor tenha conhecimento sobre o que está ingerindo, equilibrando a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com a mais qualidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 22/05/12

DR. BATISTA
Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUMULA: DISPÕEM SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES, FAST-FOODS E SIMILARES.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS - DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO ADEQUADA - APROVAÇÃO PELA CCJ - PARECER PELA APROVAÇÃO.

Página 1 de 2

PRÊAMBULO

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, em trâmite perante esta Casa de Lei sob o n. 839/11, objetivando restaurantes, bares, hotéis e similares a informar ao consumidor, por intermédio de seus cardápios, a quantidade de calorias dos alimentos ofertados.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cumpre-me ressaltar o artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em relação ao direito do consumidor em ter acesso a informação adequada em relação às características e composição do produto por ele adquirido. "In verbis":



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]"

Uma vez que o projeto em análise objetiva informar o consumidor acerca das calorias contidas nos alimentos comercializados se conclui que coaduna com o Código de Defesa do Consumidor, sendo a informação um direito básico do consumidor.

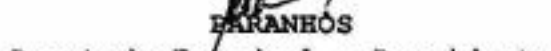
Desta forma, o presente projeto vem de encontro ao interesse dos consumidores, não havendo qualquer óbice a sua aprovação por esta comissão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual - Relator.


BARANHOS
Deputado Estadual - Presidente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 472/2012

SÚMULA: Altera o Art. 2º da Lei nº 17.259 de 31/07/2012, que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

Art. 1º Altera o artigo 2º da Lei nº 17.259, 31 de julho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A identificação tratada no caput do art. 1º da presente Lei deve constar nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 10 de setembro de 2012.

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA



Tal como foi sancionada a lei nº 17.259, de 31 de julho de 2012, exclusivamente no que se refere ao contido no artigo 2º, é tecnicamente inviável tal procedimento de impressão nas unidades embaladas, haja vista que o nome do fabricante, nome do produto, tiragem, nº do lote, data da fabricação, validade, composição química, já contam, explicitamente, na embalagem principal.

Tomemos como exemplos alguns casos abaixo, para reafirmar a inviabilidade técnica, ou até em havendo tal possibilidade, o produto encareceria muito para o consumidor:

- 1) Uma embalagem com 50/100/500/1000 saquinhos plásticos picotados ou não, tanto os usados pelos feirantes, setor de frutas e verduras dos supermercados paranaenses, como os para armazenamento de frios ou congêneres que vão ao freezer ou ao refrigerador;
- 2) Folhas de celofane que vêm acondicionadas em embalagens contendo 5/10/100/500 unidades.
- 3) Caixas de botões de plásticos utilizados pelas indústrias têxteis ou mesmo pelo simples alfaiate.

Poderia citar outras centenas de exemplos, mas acredito que isto é apenas questão de bom senso e uma imprescindível ação que visa não encarecer produtos para os consumidores paranaenses.

Sendo esta uma relevante questão de sanar um lapso ocorrido nesta casa de Leis que, desapercibidamente evoluiu, solicito o pleno apoio dos Nobres Pares deste Legislativo à matéria aqui elencada.

DL

PIS.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17259 - 31 de Julho de 2012

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8767 de 1 de Agosto de 2012

Súmula: Dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As empresas fabricantes de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica, no Estado do Paraná, ficam obrigadas a imprimir em seus produtos informações que tragam: nome do fabricante, nome do produto, tiragem, número do lote, data de fabricação e composição química dos mesmos.

Parágrafo único. Os dispositivos contidos no caput deste artigo são igualmente aplicados a todos os estabelecimentos comerciais situados no território paranaense que façam uso de quaisquer dos produtos de que trata a presente Lei.

Art. 2º A identificação tratada no caput do art. 1º da presente Lei deve constar cada uma das unidades produzidas, bem como nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados.

Art. 3º As informações de identificação dos produtos devem ser impressas de forma clara e visível às empresas, comerciantes e consumidores.

Art. 4º Os códigos de barras das embalagens dos produtos constantes dos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º também deverão conter todas as informações estabelecidas pela presente Lei.

Art. 5º São consideradas pela presente Lei por vasilhames ou embalagens de matérias plásticas aquelas originadas de:

I - polietileno tereftalato (PET), frascos e garrafas para uso alimentício/hospitalar e cosméticos;

II - polietileno de baixa densidade (PEBD);

III - polietileno linear de baixa densidade (PELBD), sacolas para supermercados e lojas, filmes para embalar leite e outros alimentos, sacaria industrial, filmes para fraldas descartáveis, bolsa para soro medicinal e sacos de lixo;

IV - polipropileno (PP), filmes para embalagens de alimentos e embalagens industriais;

V - poliéster (PE) e películas de proteção solar.

VI - polícloreto de vinila (PVC);

VII - poliestireno (PS).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 472/2012

Projeto de Lei nº. 472/2012

Autora: Deputado Estadual Stephanes Júnior

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei 17.259 de 31/07/2012, que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 17.259 DE 31/07/2012, QUE DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DE POLÍMEROS, DERIVADOS DO PETRÓLEO E MATÉRIA PLÁSTICA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. APROVAÇÃO. LC 95/98 QUE DISPOE SOBRE ALTERAÇÃO DE LEI. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Júnior, tem por finalidade alterar o artigo 2º da lei nº. 17.259 para que o mesmo passe a vigorar com a seguinte redação: "A identificação tratada no caput do art. 1º da presente Lei deve constar nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados". Possuindo como justificativa ser tecnicamente inviável o procedimento de impressão nas unidades embaladas, considerando que o nome do fabricante, nome do produto, triagem, nº do lote, data de fabricação e validade, já constam na embalagem principal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

94
Fls. 02
8

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

No que tange na alteração do dispositivo mencionado no preâmbulo desta análise, tal circunstancia se amolda à previsão do artigo 12 da Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Senão vejamos:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - mediante revogação parcial;

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

09

dispositivo novo, observadas as seguintes
regras: [...]

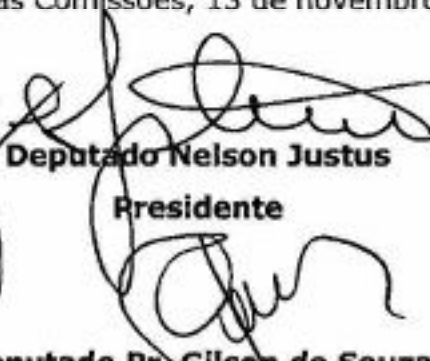
Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.


Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

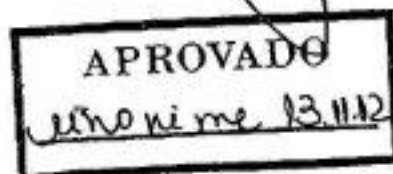
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2012.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Pr. Gilson de Souza
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 472/2012

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei nº 17.259/2012 que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.


Autor: Deputado Stephanes Junior.
Relator: Deputado Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA: Tal como foi sancionada é tecnicamente inviável o procedimento de impressão nas unidades embaladas, haja vista que o nome do fabricante, nome do produto, tiragem, nº do lote, data da fabricação, validade, composição química, já contam, explicitamente, na embalagem principal.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollen Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº472/2012

Súmula: Altera o art. 2º da Lei 17.259, 31 de julho de 2012, que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

Autor: Deputado Stephanes Junior

Justificativa: Viabilizar a aplicação de dispositivo de lei estadual.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar viabilizar a aplicação de importante legislação estadual.

Cumpre ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa informar ao consumidor a composição de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rosa Litro

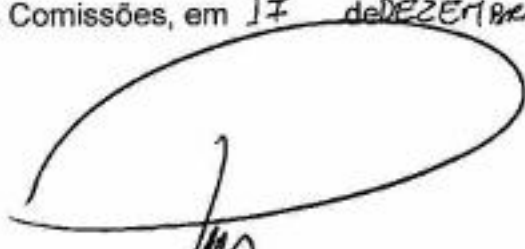


determinados produtos químicos.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

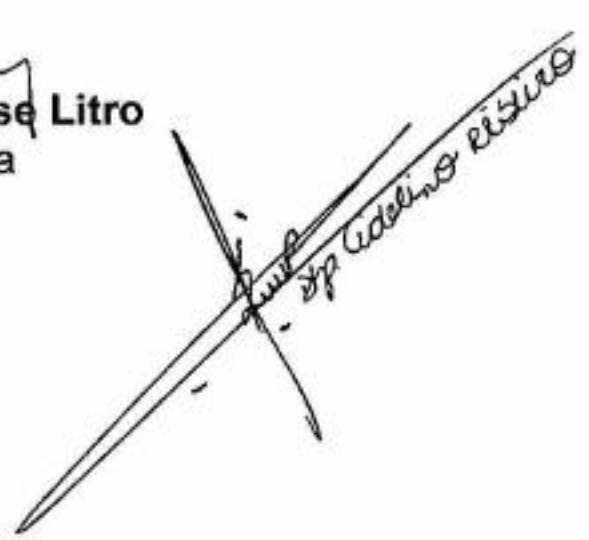
Sala das Comissões, em 17 de DEZEMBRO de 2012.



Deputado Paranhos
Presidente



Deputada Rose Litro
Relatora



Deputado Adelino Ribeiro



Deputado Pedro Lupion